

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2021 a 31/05/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/20

10.2021.N	Sessão Outro Evento	04/05/2021-11:24
Publ.: DCN - 05/05/2021 -	JOSEILDO RAMOS-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro para a condução do País. Desmoralização do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Críticas à proposta governamental de reforma tributária. Morosidade da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de aprovação do novo auxílio emergencial e de programa de renda básica permanente. Prática de crime pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, nós andamos muito preocupados com a falta de rumo em que o País se encontra. Na economia, no meio ambiente, na assistência e no desenvolvimento social, este Governo está sem eira nem beira. Na verdade, nós estamos em uma nau sem rumo.

Observem o que aconteceu agora nos Estados Unidos. O país é a meca do capitalismo mundial. Entretanto, o Presidente Joe Biden está tomando medidas anticíclicas, ou seja, medidas para induzir a recuperação do dinamismo macroeconômico da economia americana. Na capital do mercado, a economia vai ser induzida pelo Estado nacional.

Aqui é diferente. Paulo Guedes, que está desmoralizado no Governo, praticamente nada entregou para a maioria da população, os desvalidos, os desalentados, aqueles que precisam da mão benfazeja do Estado. Nada entregou! A equipe dele está pulverizada, quase todo mundo saiu, e ele anda se segurando. Parece que tem unha de onça: quando agarra, tem dificuldade de soltar. Ou seja, está dentro do Governo, embora esteja desmoralizado.

Manda uma proposta de reforma tributária para cá, no que, aí sim, deveria residir a preocupação de um bom governante, para tornar justo



o sistema tributário brasileiro, para melhorar o pacto federativo, para desconcentrar a arrecadação de taxas e contribuições no ambiente do Governo Federal, para fazer justiça tributária neste País, e é simplesmente uma proposta de simplificação. É como se nós tivéssemos que fazer uma boa caminhada, e só demos o primeiro passo. É um passo à frente, mas insignificante, apenas simplifica a organização tributária brasileira.

É uma parafernália, mas era a grande reforma que o Brasil precisava. Ao fazer ajuste fiscal apenas e tão somente pelas despesas, cortando benefícios, cortando conquistas, desorganizando o mundo do trabalho, Paulo Guedes já vai entrar para a galeria de um dos piores Ministros a reger a economia nacional. Nós éramos a sexta maior economia do mundo. Vejam o que aconteceu com a reforma da Previdência, que ia gerar empregos. Ela praticamente nega o acesso e rebaixa os patamares dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Observem o que está acontecendo com a campanha de vacinação. Nós temos uma infraestrutura que quase nenhum outro país tem. São quase 40 mil postos onde se pode vacinar. Nós podemos aplicar, por dia, 2 milhões ou 3 milhões de doses.

Nós queremos o auxílio emergencial para votar! Queremos uma renda básica permanente! Como sempre pregou Eduardo Suplicy - a quem eu mando um abraço -, a reforma tributária deveria estar na ordem do dia, assim como a vacinação e a renda básica permanente.

Observem também o que está acontecendo na área de proteção ambiental com um dos países mais destacados e que liderava a discussão sobre a sustentabilidade no mundo. Hoje, nós somos párias do ponto de vista ambiental. Ricardo Salles cometeu crime - e ninguém pode dizer que não - quando da maior apreensão de madeira de lei no País. E 70% dessa madeira, Sr. Presidente, não está sendo demandada por ninguém, não tem dono. Isso significa 100 milhões de reais que não têm dono. Então, está aí a prova do crime.

Gostaria...

(Interrupção do som.)



DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

COMUNICAÇÕES

COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à apresentação, pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, do Relatório referente à reforma tributária. Importância da redução dos impostos sobre o consumo.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero cumprimentar V.Exa. e a todos que estão nos assistindo neste momento.

Hoje é uma data muito importante para o Brasil. O Deputado Aguinaldo Ribeiro é o Relator da reforma tributária e vai apresentar o seu texto para a Comissão Especial e para o País.

Este é um momento em que, na verdade, nós ficamos divididos. Por um lado, inseguros.

Esperamos que o Deputado Aguinaldo Ribeiro reproduza em seu texto o que acontece de melhor no mundo e que o povo brasileiro espera para o Brasil. Uma reforma tributária que tribute o capital, o patrimônio, a renda e que isente o consumo, como ocorre em boa parte do mundo, ou onde se coloque como prioridade a população mais pobre.

Ao contrário, por exemplo, da nossa tabela de Imposto de Renda, em que aqueles que mais ganham, menos impostos pagam. Que se possa fazer o que seria lógico e de fato ocorre em qualquer outro país. O consumo, sendo isento de qualquer imposto, faz com que os preços caiam e faz com que a população possa adquirir mais bens. Consequentemente, há um aumento real de salário. A vida da população hoje tão difícil, por conta da incompetência e da inoperância de Bolsonaro e Paulo Guedes, pode ser melhor.

Ao mesmo tempo, quando você tributa o capital ou o patrimônio, você vai tributar o resultado. O empresário ousou: ganhou, paga! É muito simples, e é isso que precisa acontecer no Brasil.

Nós, os seis partidos que compõem a Oposição nesta Casa, apresentamos uma proposta, que é a reforma tributária solidária, uma reforma que vai exatamente nesse sentido. Pegamos os modelos mais democráticos e avançados de política tributária, que favorece aqueles que ganham pouco e que precisam ter uma vida digna e cobram os impostos de quem ganha mais. É assim no mundo, é assim que o Presidente dos Estados Unidos Joe Biden está fazendo, inclusive tributando as grandes fortunas, os grandes latifundiários, para que possam financiar o auxílio emergencial e aqueles que precisam

sobreviver neste momento.

Eu espero que não só o Relator Aguinaldo Ribeiro, mas também o conjunto da Comissão que reflete a reforma tributária não caiam na farsa que querem Paulo Guedes e Bolsonaro. Nós não podemos transformar a reforma tributária num Frankenstein, votando em partes. Precisamos votá-la de forma completa e integral, principalmente para garantir uma política tributária justa para todo o País.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 3/20

44.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/05/2021-
CD 19:36
Publ.: DCD - 05/05/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS
ORDEM DO DIA
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Urgente realização da reforma tributária no País. Compromisso do Presidente Arthur Lira com a votação da matéria. Aumento da inflação e do desemprego. Importância da redução da carga tributária sobre o consumo para a geração de novos empregos. Protesto contra a atuação de lobistas contrários à reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu subo hoje a esta tribuna para demonstrar a minha satisfação em novamente ver a reforma tributária andando na velocidade que tem andado.

Desde 2019, no início do mandato, nós já estávamos tratando desse assunto, mas, por algum motivo, não se deu o devido prosseguimento. Veio a pandemia, o que atrapalhou ainda mais esse andamento. Já estamos em 2021, na reta final dos mandatos, e nós ainda não tínhamos chegado a um momento como este, de certeza absoluta de que teremos que votar algo.

É indiscutível a necessidade de se aprovar uma reforma tributária. Mais indiscutível ainda é o momento triste que o povo brasileiro está vivendo, com desemprego, com inflação altíssima nos supermercados, que é onde a camada mais pobre gasta o seu suado salário. Sabemos



que a carga tributária gira em torno de 50%.

Recebemos hoje o relatório da Comissão Especial e ficamos com uma dúvida - sem nenhuma crítica ainda, porque não houve tempo para análise. Qualquer um que criticasse o relatório estaria sendo desonesto com o Relator e também com todos aqueles que participaram da Comissão, mas fica registrada uma observação: não encontrei no texto nada que trate da desoneração do consumo para aquecer o comércio, para aquecer a indústria, para aquecer a geração de empregos neste País, que deveria ser a preocupação principal de qualquer legislador, Governador, Prefeito, Ministros e Presidente da República.

Se não gerarmos empregos, vamos ter que fazer uma nova reformulação da Previdência em no máximo 5 anos. Se não estamos arrecadando, como vamos manter os nossos compromissos com a Previdência? Os Estados acham que estão ganhando mais por conta da inflação. Há inflação em cima dos preços dos veículos, dos produtos dos supermercados, do reajuste dos aluguéis, que ultrapassou 30% em decorrência do IGP-M.

É óbvio que se arrecada mais no momento, porque os impostos deste País incidem sobre a produção, não sobre a nossa riqueza, como é feito nos Estados Unidos, onde, primeiro, eu permito que o empresário cresça, contrate, cresça de novo; e, lá na frente, eu penso em colocar a mão pesada dos impostos sobre ele.

Este é o grande momento para que essa reformulação mais ampla e completa seja fatiada, para facilitar sua tramitação nas Casas ou para que seja votada de uma vez só. Sem este momento de pandemia e de crise que nós estamos vivendo, jamais seria possível discutir uma reestruturação dos impostos e tampouco da carga tributária. Jamais, pois até em países desenvolvidos esse assunto só veio à tona em momentos de guerras civis e de problemas complexos, como o que nós estamos passando hoje, com a pandemia.

Então, essa é a grande chance que este Parlamento tem de reformular esse sistema regressivo, injusto e considerado por todos os especialistas no Brasil e no mundo como um dos piores sistemas tributários para a população. Como pode uma pessoa acordar de manhã, olhar no espelho e falar: *"Eu poderia contribuir com esse tema, mas eu o estou sabotando."* Há, sim, pessoas que aqui dentro sabotam essa reforma por interesses de lobistas, que não querem que se vote nada nesta Casa.

E muito me enobrece ter apoiado o Presidente Arthur Lira, que é comprometido com o povo, é comprometido com o mandato, tem pressa de fazer uma reforma tributária, tem pressa de fazer algo que seja realmente justo, que vai mudar a vida do povo brasileiro, que vai

facilitar a vida do empreendedor que gera emprego, que vai simplificar o dia a dia de quem está atropelado por obrigações acessórias.

Sem o Presidente desta Casa e os Líderes, como os que estão aqui, querendo essa reforma, nada disso será possível.

Vamos trabalhar cada dia mais engajados para fazer uma reforma que cuide da população brasileira, que gere emprego, que traga crescimento econômico, que distribua renda de forma justa. O rico não tem que ficar mais pobre para contribuir com as camadas mais baixas. Não! Precisamos fazer uma reformulação, de forma que o setor produtivo possa contratar mais. Assim, a pessoa que estava desempregada também vai poder consumir e criar um ciclo virtuoso, em que todos ganham, inclusive o rico, que fica mais rico. Afinal de contas, é muito melhor investir num país que está crescendo, que tem um PIB em crescimento, do que investir num país que está aos frangalhos, onde não se sabe como será o dia de amanhã, onde a economia vai de mal a pior. A reforma tributária pode mudar tudo isso.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar, defendo que a reforma tributária só vai ser justa se entregarmos para a população um sistema justo, no qual quem ganha menos paga menos, inclusive no supermercado, e quem ganha mais pode contribuir um pouco mais. No sistema justo, contribui um pouco mais quem fatura muito mais. Nós sabemos disso. O exemplo está nos Estados Unidos. Na reforma tributária americana, Trump diminuiu o imposto de renda da pessoa jurídica de 35% para 21%. O que ocorreu foi um crescimento explosivo e uma geração de empregos que não tinha sido vista nos últimos 50 anos. Vamos lutar por isso. Acreditamos nisso. O exemplo existe. Basta acompanharmos e querermos fazer.

É preciso parar de atender o *lobby* de poucos, que não são nem de perto 2% da população, porque 98% estão implorando por essa reforma tributária.

Quero deixar todo o meu apoio. A nossa participação vai ser ativa.

Agradeço ao Presidente Arthur Lira por nos dar condições de debater esse assunto.

Presidente, muito obrigado. Vamos com fé em Deus, porque acho que até o meio do ano a reforma tributária estará aprovada. É isso que eu venho escutando de todos os Líderes.

Obrigado.

30.2021.B

Sessão Outro Evento

05/05/2021-13:32

Publ.: DCD - 06/05/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade às famílias das vítimas da Covid-19 no Brasil. Repúdio ao relatório oferecido pela Comissão Mista destinada à consolidação do texto da reforma tributária.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente, povo brasileiro que nos acompanha pela TV Câmara. Quero comentar aqui hoje a entrega do relatório da Comissão Mista sobre a reforma tributária.

Como o Brasil é campeão em perder oportunidades! Nem com a pandemia, em que nós já perdemos mais de 400 mil vidas - e quero aqui manifestar a minha solidariedade às famílias enlutadas -, as elites brasileiras e este Governo de Bolsonaro e Paulo Guedes têm coragem de fazer e apresentar uma reforma capaz de garantir a travessia e o enfrentamento da situação. É falta de empatia pelo povo, é amor demais pelo sistema financeiro, é amor demais pelo capital rentista, pelas elites deste País!

Será que nós vamos perder mais uma oportunidade? Se o projeto de reforma tributária da PEC 45/19, da Câmara, e da PEC 110/19, do Senado, já era insuficiente para conseguir resolver as demandas do País em relação à quebradeira federativa; à necessidade de mais políticas compensatórias em saúde, educação e segurança pública; à necessidade de uma renda básica universal, de um auxílio financeiro de 600 reais permanente para os desempregados com a pandemia, a nova proposta não tem o mínimo sentido.

Deputado Paulão, é uma reforma só pelo lado dos impostos, da tributação indireta, só sobre o consumidor! É uma vergonha vender isso para o Brasil como reforma tributária! Nós vamos legalizar que o Brasil é o país que mais rouba o dinheiro dos trabalhadores. E um roubo ter uma carga tributária em que 80% saem do trabalho do trabalhador, porque tributa as folhas de pagamento, e sai do consumidor, Presidente. Um trabalhador que ganha 1.100 reais paga quase 600 reais em impostos indiretos. E nós temos coragem de entregar uma reforma propondo legalizar isso e ainda tirar algumas renúncias fiscais, mas não dos super-ricos, e sim da cesta básica, do medicamento, do transporte urbano, dos livros. Isso é uma vergonha! Que elite escrota! Que país é este?! Nós tínhamos que estar criando um fundo soberano, um fundo solidário, cobrando das grandes

riquezas, da grandes fortunas, para financiar a travessia...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 5/20

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:28
Publ.: DCD - 06/05/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização da leitura do relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro sobre a reforma tributária na Comissão Especial Mista. Estranhamento da decisão do Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, de extinção do colegiado. Não inclusão na pauta de votação no prazo regimental, pelo Presidente Arthur Lira, do Projeto de Lei nº 2.225, de 2000, sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. Aumento da carga tributária do País implícito na reforma do sistema tributário proposta pelo Ministro Paulo Guedes.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bismarck, membro da Mesa que preside a sessão neste momento.

Sras. e Srs. Deputados, ontem foi lido, na Comissão Mista, o relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro sobre a reforma tributária.

Queria usar este tempo, Sr. Presidente, para falar do espanto que tive ao ver a decisão do Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, de, alegando prazo regimental, extinguir uma Comissão que já realizou quatorze seminários estaduais e inúmeras audiências públicas.

Ora, se prazo regimental vai valer, vou começar a fazer cobranças no Plenário da Câmara, principalmente para o Deputado Arthur Lira, que é useiro e vezeiro em não respeitar prazos regimentais - prazos regimentais que ele não respeitou quando foi Presidente de algumas Comissões da Câmara, prazos regimentais que ele vem desrespeitando aqui no Plenário da Câmara, na condição de Presidente da Casa.

Eu me refiro ao projeto de lei que fixa em 30 horas a jornada de



trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. O requerimento de urgência foi aprovado, e o Regimento diz que, depois de aprovada a urgência no Plenário, na sessão seguinte, a proposição já tem que ser deliberada. E não há só este projeto de lei nesta situação. Falo deste porque estou lutando por sua aprovação, uma vez que sei da injustiça que ocorre com essas categorias profissionais, já que os demais profissionais da saúde trabalham por 30 horas semanais, e eles são obrigados a trabalhar por 40 horas semanais. Mas por que o Presidente não pauta isso?

Mas eu queria dizer, Srs. Deputados, que esta reforma que o Presidente Arthur Lira quer aprovar - a do Paulo Guedes - aumenta a carga tributária. Ela vai aumentar a carga tributária, Srs. Deputados, incidente sobre adubos, fertilizantes, sementes, corretivos de solo, vacinas para a medicina veterinária. Vai cobrar tributo sobre a venda de pintos, leite, farinha de trigo, ovos, embriões, arroz, feijão. Portanto, vai sacrificar, mais uma vez, o pobre. Enquanto a proposta que nós estamos apresentando retira dos pobres a obrigação de pagar imposto sobre consumo, a proposta do Paulo Guedes faz com que eles paguem mais impostos - impostos, inclusive, que eles não pagavam.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 6/20

30.2021.B	Sessão Outro Evento	05/05/2021-15:52
Publ.: DCD - 06/05/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da reforma do sistema tributário nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos neste momento com uma preocupação muito grande, todos irmanados na pandemia, mas eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que a necessidade de recursos passa por uma reforma tributária, e essa reforma tributária, a meu ver, não pode estar desvinculada de um pacto federativo.

Então, de uma maneira muito simples, hoje, como o contexto é muito digital, muitos não emitem nota fiscal. Na economia informal e em

outros setores, em que há grandes sonegadores, também não se emite nota fiscal. A reforma tributária passa hoje, no tempo em que estamos, para a taxação de uma movimentação financeira, que é a proposta do Marcos Cintra. Esse dinheiro, ao ser arrecadado, na mesma hora é distribuído a Estados e Municípios, numa proporção de um pacto federativo de 30% para União, 30% para os Estados e 30% para os Municípios. Com isso, vamos mais do que dobrar a arrecadação dos Municípios.

Para complementar e dar transparência, nós vamos executar mais duas medidas: uma é que compras acima de 1.000 reais só sejam eletrônicas, na Europa já é assim hoje; e também que as notas grandes deixem de circular para evitar aspectos da corrupção. Com essas medidas simples, vamos ter o que todos desejamos: todos estarão pagando, ninguém mais vai dever para o Fisco.

Nós vamos ter a oportunidade de diminuir o contencioso tributário.

Nós vamos tributar os dividendos naturalmente. Nós vamos permitir, com essa proposta, que o pobre não pague impostos. Por exemplo, do Bolsa Família, fornecer-se-á o CPF das mulheres para o sistema bancário, dizendo que desses não se cobre impostos. Então, dessa maneira, o pobre não pagará impostos na sua origem. Aspectos desse tipo são essenciais.

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo fez uma pesquisa de opinião entre os seus associados, através do Datafolha, e, entre ótimo, bom e regular, em torno de 70% aprovam esse tipo de imposto e essa simplificação.

Então, temos que conversar. Eu estou sempre à disposição, dialogando com muitos sobre o tema da reforma tributária, que não se cobre dos pobres, e sim cobre dos ricos, ela vai facilitar totalmente a nossa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/20

31.2021.B	Sessão Outro Evento	06/05/2021-10:20
Publ.: DCD - 07/05/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da taxação de grandes fortunas e heranças no bojo da reforma do

sistema tributário nacional. Necessidade da vacinação da população e do pagamento de auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu agradeço a oportunidade de, mais uma vez, estar falando no plenário virtual.

Recebi ligações de muita gente preocupada com a guinada que está sendo dada à reforma tributária na Câmara dos Deputados. Quero dividir também a minha preocupação. Compreendo a mudança na condução, mas entendo que é muito importante que se aproveite tudo de positivo que se construiu nos anos anteriores.

Há um acúmulo de debates sobre a reforma tributária. Há um acúmulo de acordos, de posições e de avanços que são importantes para o País. O Brasil precisa vencer a crise sanitária, vacinar sua população, pagar um auxílio emergencial decente. Mas o Brasil precisará, sim, de um novo modelo tributário para voltar a crescer, gerar emprego, ter desenvolvimento e prosperidade.

Eu continuo do lado daqueles que defendem a taxação de grandes fortunas e heranças, daqueles que defendem, obviamente, o que o mundo todo já faz, que é cobrar impostos dos bilionários, dos banqueiros, taxar lucros e dividendos. É claro, estou do lado daqueles que defendem corrigir talvez a maior distorção do sistema tributário brasileiro, que cobra muito pouco imposto sobre a renda e cobra imposto de forma exagerada sobre o consumo.

Nós sabemos o que isso significa. Significa cobrar mais impostos do trabalhador, da trabalhadora, do assalariado e não cobrar quase nada dos milionários e dos bilionários. Temos que tirar impostos de quem produz, de quem trabalha, de quem gera emprego e temos que ter um modelo que taxe mais a renda e também o patrimônio, além, é claro, de fazer a simplificação necessária que o avanço tecnológico digital hoje já permite e que já é uma realidade dos mais diferentes sistemas tributários do mundo. O pequeno comerciante, o prestador de serviço, o pequeno empresário não aguentam um sistema tributário tão complexo de entender e tão complexo de fazer a devida contabilidade.

Então, que essa guinada, essas mudanças na direção da reforma tributária não atrapalhem o que já foi acumulado de acordo, de entendimento, e que ela avance...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 8/20

31.2021.B Sessão Outro Evento 06/05/2021-10:24

Publ.: DCD - 07/05/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Urgente votação da reforma do sistema tributário nacional. Apresentação de requerimentos de informação a respeito de obras públicas no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e sobre uso de verbas públicas federais destinadas ao combate à pandemia de Covid-19 na municipalidade.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu subo a esta tribuna para, primeiro, dizer da necessidade de o nosso País passar por uma reforma tributária. Hoje existe uma cobrança excessiva de impostos em cima da produção. A indústria brasileira sofre com essa carga tributária altíssima. Existe uma cobrança de impostos praticamente fatal sobre a folha de pagamento, a folha de salários, o que prejudica, e muito, a contratação de pessoas, o desenvolvimento do Brasil e a geração de empregos.

Então, eu quero dizer ao nosso Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, que terá o apoio desta Casa como um todo, numa rápida análise dessa reforma tributária, que, talvez, seja a mais importante, porque diz respeito à vida das pessoas. Se tivermos que fatiar a reforma, para que nós possamos aprová-la mais rápido, vamos fazer isso e vamos avançar com esse tema para o Brasil.

Outra preocupação que tenho, Sr. Presidente, e manifesto desta tribuna é sobre a minha cidade, Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, por meio de sua Prefeitura, faz algumas obras com recursos de empréstimo do PAC do ano de 2013. Ela está fazendo essas obras com dinheiro emprestado. Só que algumas obras pararam. Estamos em 2021, e algumas obraras pararam.

Eu estou apresentando um requerimento de informações à Mesa, Sr. Presidente, e de público peço que o Plenário tome ciência, porque o que acontece lá certamente acontece em outros cantos do Brasil, sobre obras paradas com o dinheiro da Caixa Econômica Federal, dinheiro emprestado. Por exemplo, a obra do viaduto na Avenida Brasil sobre a Avenida Mogiana, que custou 20,4 milhões de reais, está parada. Na campanha eleitoral, o Prefeito Municipal disse que a cidade não podia

parar, condicionando isso à reeleição dele. E as obras pararam. Isso é um absurdo!

Tem que haver uma apuração. E este Parlamentar Federal não vai se omitir, porque são verbas federais. Isso é um absurdo!

E mais: a construção de um túnel, chamado de Trincheira, na confluência da Avenida Presidente Vargas com a Avenida Nove de Julho também está parada, pelas informações que tenho. E, nessas obras, até os funcionários foram demitidos. Nós queremos saber cadê o dinheiro das obras, dinheiro emprestado.

Estamos apurando também o dinheiro da COVID. Ribeirão Preto recebeu 166 milhões de reais e muito pouco aplicou. Eu já protocolei esse requerimento de informações pedindo explicações do Ministério e manifestação também da Prefeitura. Nós não podemos mais conviver com obras paradas. Nós não podemos conviver, de um lado, com o discurso eleitoral e, de outro lado, com a realidade. Ribeirão Preto é uma cidade que tem importância regional e nacional. Então, nós pedimos essas respostas e seguimos na cobrança, na fiscalização, que é a nossa função.

Sr. Presidente, eu peço que este nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

Documento 9/20

32.2021.B Sessão Outro Evento 11/05/2021-14:52
Publ.: DCD - 12/05/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica à participação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania destinada ao debate sobre proposta de emenda à Constituição acerca da reforma administrativa. Incapacidade do Ministro Paulo Guedes de apoio à alteração do sistema tributário do País para implantação de imposto progressivo sobre a renda e sobre o patrimônio.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, hoje pela manhã nós recebemos na CCJC o Ministro da Economia, Paulo Guedes.



Eu confesso que, no início do Governo Bolsonaro, eu imaginava que o Ministro Paulo Guedes fosse um técnico e que não pertencesse à ala ideológica, à ala olavista, bolsonarista, de fanáticos. No entanto, eu estava errado.

O Ministro Paulo Guedes já condenou o fato de as domésticas poderem ter acesso a aeroportos, condenou o Brasil que permitiu que filhos de porteiros, de padeiros e de pedreiros entrassem na universidade e atacou a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, bem como a expectativa de vida do povo brasileiro, por achar inconcebível a longevidade para nossos idosos. Ele também atacou o principal parceiro econômico do País, a China, que neste momento é forte aliado no enfrentamento da COVID no Brasil.

É evidente, portanto, que este Ministro agora quer destruir o serviço público. Atacar o serviço público significa, na verdade, atacar os direitos do povo brasileiro, da sociedade brasileira, e não o servidor público, que, mais uma vez, ele acusou de parasita.

No entanto, esse Ministro, que fala tão grosso, cheio de preconceitos contra os mais pobres, contra o serviço público, não tem a coragem, na pior crise do sistema federativo que nós estamos vivendo, na pior crise fiscal que nós estamos vivendo, de alterar nosso sistema tributário. Falta-lhe coragem, porque ele tem compromisso, na verdade, com os mais ricos, com os super-ricos.

Olhem o que Joe Biden está fazendo nos Estados Unidos: ele quer promover uma revolução no modelo econômico de baixo para cima. Sequer ele quer cobrar imposto da classe média americana, porque ele tem um foco: tributar o ganho de capital, tributar o patrimônio, tributar a renda.

Mas aqui no Brasil, esse mesmo Ministro Paulo Guedes fatiou a reforma tributária na intenção de regulamentar a maior cobrança de imposto sobre o consumo do planeta Terra: quer cobrar mais de 30% sobre o consumo, sem considerar cesta básica, medicamento, transporte coletivo, setores da economia que hoje têm renúncia fiscal.

Portanto, eu quero dizer que é lamentável que o Brasil tenha um Ministro da Economia que não tem coragem de mexer no sistema tributário, copiar, como ele muito gosta de dizer, a OCDE, os 34 países mais ricos do mundo, e implementar um imposto sobre renda e patrimônio.

Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.



48.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021-
CD 16:08

Publ.: DCD - 12/05/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador com a queda drástica do poder de compra da população brasileira. Defesa da realização da reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu venho acompanhando a situação que o Brasil vem vivendo e estou um pouco assustado com a lentidão com que estamos caminhando em relação à queda drástica do poder de compra da população. Com uma inflação de 30% no supermercado, um assalariado que ganha um salário mínimo agora compra só 70% daquilo que antes conseguia comprar com mil reais. Nós perdemos 30% de arroz, 30% de carne, 30% de tudo.

Sabem o que eu acho mais engraçado? É que o investidor bilionário, que não enxergou que isso é um problema de todos, se tinha 1 bilhão de reais no Brasil em 2019, com o dólar a 3 reais e 70 centavos, tinha 270 milhões de dólares; e agora, com o câmbio da forma que está, com a desvalorização do real, tem 170 milhões de dólares. Ele perdeu 100 milhões de dólares, ou melhor, mais de 10% do seu patrimônio, e nós não estamos debatendo isso.

Devolver o poder de compra para a população, principalmente com a geração de empregos, é fortalecer a nossa moeda, é aumentar o nosso PIB, é fazer com que todos cresçam. Ignorar esse fato, ficar defendendo o seu próprio bolo, não enxergar que, quando o seu patrimônio é dolarizado, mais de 10% dele desaparece, porque você não está protegendo o trabalhador, porque você não está protegendo o mais pobre, que é quem consome, que é quem aquece o comércio e, por consequência, a indústria e todos os demais setores, é o famoso egoísmo de imbecil. Quem está perdendo mais são os maiores do País.

Então, chegou a hora de fazer uma reformulação completa, uma reforma tributária justa, em que todos os setores ganhem, inclusive os mais ricos. Não queremos tirar de quem tem muito, pelo contrário, queremos que eles ganhem mais, mas fortalecendo a base, porque a

base que é a sustentação de tudo.

Obrigado, Presidente.

Documento 11/20

51.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021-
CD 16:08

Publ.: DCD - 14/05/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Crítica à medida de desoneração das importações e oneração das exportações adotada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, com prejuízos aos produtos industrializados do agronegócio brasileiro. Necessidade de revisão da política de comércio exterior pelo Ministério da Economia.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*, há tempos eu venho criticando, Deputado Otoni, a conduta da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia. No caminho em que vai a nossa política de comércio exterior, ela vai levando o Brasil para se consolidar como um exportador de produtos não industrializados, portanto, com menor valor agregado; de tributos, diante da tributação incidente e crescente sobre as nossas exportações; e de empregos, diante da desoneração de imposto de importação, que transfere empregos do Brasil para, em especial, a China e outros países da Ásia.

Eu quero usar um exemplo muito simbólico hoje, aqui, neste tempo de Liderança do PL, que é o da soja. Para falar da política de comércio exterior para a soja brasileira, eu quero usar uma comparação com a China, Deputado Evair.

A China aplica tributação de 12% na entrada da soja *in natura*, 14% na entrada do farelo e 18% na entrada do óleo bruto. Primeiro, é significativa e clara a política de barreira comercial que a China impõe à soja brasileira: tributação, repito, de 12% sobre a soja *in natura*, 14% sobre o farelo e 18% sobre o óleo bruto. Mas também há um outro aspecto embutido aqui, Deputado Otoni. A China rebaixa a alíquota da soja *in natura* e aumenta a alíquota do farelo e do óleo bruto, que são produtos processados. Por quê? Porque ela quer importar a soja bruta e processá-la lá, para gerar lá o emprego na indústria.

O nosso País faz o inverso. Antes da Lei Kandir, nós cobrávamos



ICMS, na exportação, de 13% sobre a soja bruta, 11,2% sobre o farelo e 8% sobre o óleo bruto. Então, nós cobrávamos mais tributos para a exportação da soja *in natura* do que para a exportação do farelo e do óleo bruto. Portanto, quem queria exportar só a soja pagava mais do que quem a processava no Brasil. Após a Lei Kandir, o que nós fizemos? Nós desoneramos a soja bruta e rebaixamos para 1,5% o imposto sobre o farelo e o óleo bruto. Assim, hoje, no Brasil, é mais barato exportar a soja *in natura* do que exportar a soja processada.

Isso tem um efeito muito significativo na desindustrialização da cadeia da soja no Brasil. Até 1995, o Brasil industrializava 83% da soja produzida; em 2020, industrializou 36%. A queda de 83% para 36% é drástica e significa que nós estamos exportando produtos de menor valor e estamos transferindo parte dos empregos que poderiam estar na cadeia produtiva da soja do Brasil para a China. Aqueles empregos na indústria do farelo e na indústria do óleo não estão mais aqui, caíram junto com a queda de 83% para 36% na industrialização.

Se nós considerarmos a possibilidade de aprovação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, da Lei nº 3.887, de 2020, anunciada como primeira etapa da reforma tributária do Governo, nós temos em perspectiva a redução da indústria da soja, até 2030, dos atuais 36%, para 24%, transferindo ainda mais empregos do Brasil para, em especial, a China.

Por que isso? Porque a CBS faz a opção de transformar o PIS/COFINS em CBS, numa contribuição só, e reduz o crédito presumido do produto industrializado da soja, que hoje é de 27% para o óleo e o farelo, de 45% para o biodiesel, e passará a cair para 15%, ou seja, o produto industrializado da soja gerará menos crédito presumido do que gera hoje. Por outro lado, ele aumenta a incidência de PIS/COFINS para o produtor rural de zero para 12% e aumenta a alíquota da CBS da soja para importação de zero para 15%.

Ora, eu não posso considerar como correta uma política de comércio exterior que desonera a importação e onera a exportação e, dentro do subitem exportação, desonera o produto *in natura* e onera o produto industrializado, que mais agrega valor e mais gera emprego!

Nós precisamos repensar a política de comércio exterior do Ministério da Economia. Desonrar o imposto de importação é algo que o mundo inteiro deseja, mas proteger a economia e, em especial, os empregos da indústria é algo que todos os que cresceram fizeram. Criam a ideia de que protecionismo não tem relação com industrialização. Ora, a China é o país que mais cresce, que mais se industrializa no mundo, que mais aumenta a produtividade, que mais aumenta a competitividade e que mais protege seu mercado interno dos produtos industrializados. Além do mais, qualquer política de desoneração do

imposto de importação tem que ter previsibilidade e diálogo com o setor atingido - ela tem que ter reciprocidade. Nós reduzimos o imposto de importação dos produtos importados da China, e ela aumenta o imposto de importação do que compra do Brasil. Isso precisa ser revisto. Nós não podemos ter uma política de desoneração do imposto de importação sem exigir reciprocidade dos países por ela beneficiados.

A China quer a desoneração do seu PBC, como nós desoneramos; quer a desoneração do celular que produz, e nós desoneramos. Ótimo! Mas nós queremos, em contrapartida, a desoneração dos nossos produtos industrializados da soja, dos nossos produtos industrializados do agronegócio. Esta, sim, tem que ser a política da Secretaria de Comércio Exterior.

Por fim, é verdade que o Ministro Paulo Guedes sempre falou em desonerar o imposto de importação, mas é verdade também que ele sempre falou em reduzir o Custo Brasil. Ele está desonerando o imposto de importação sem reduzir o Custo Brasil, tirando a competitividade da indústria nacional e, consequentemente, os empregos dos brasileiros. Isso precisa mudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/20

54.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021-
CD 13:16
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS DISCUSSÃO
ORDEM DO DIA DISCURSO

Sumário

Realização de ampla reforma tributária com taxação de grandes fortunas. Protesto contra a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidenta, eu diria que este debate hoje aqui mostra, mais uma vez, a necessidade de termos uma reforma tributária ampla, que taxe as grandes fortunas, algo que está previsto na Constituição, que cobre imposto daqueles que mais ganham, que não pagam imposto neste País, que cobre imposto sobre lucros e dividendos, sobre helicópteros, jatos, escunas, iates, ou seja, que cobre impostos da turma do andar de cima.



Mas não é interesse deste Congresso fazer isso. Na verdade, já estamos assim bastante preocupados com os rumos, Presidenta, que têm sido tomados nesta Casa. No momento em que já passamos de 440 mil mortos pela COVID, ficamos aqui até virada da noite votando a mais absurda privatização que já houve neste País. Entregaram a ELETROBRAS à bacia das almas.

A ELETROBRAS é responsável por 35% da geração de energia elétrica do País. E mais, Presidenta: 96% da energia de origem de fontes limpas vêm da ELETROBRAS, e ela é responsável por 45% de transmissão. E o que fizeram nessa noite? Esse é o capitalismo mamata, que a turma que representa os interesses do capital financeiro e dos grandes empresários adora. Transformaram em fonte de lucro uma estrutura pública que levou décadas para ser construída, que vale, no mínimo, 500 bilhões de reais, e vão entregar por 25 bilhões. E mais, o setor público, o Governo perde a maioria acionária e das 45% das ações, só vão valer 10% para tomar decisão.

Então, companheiros de Juazeiro, Petrolina e da margem do Velho Chico, quem vai decidir - porque são 90% dos votos - a vazão da Barragem de Sobradinho será o setor privado, assim como a vazão das águas dos nossos rios, a destinação de energia. E, obviamente, não vão priorizar os investimentos, vão priorizar os lucros e os dividendos.

E mais, não bastasse isso: o Governo Federal vai ser o fiador. Quando der prejuízo, se der prejuízo, se houver alguma catástrofe que dê prejuízo - a ELETROBRAS é a sexta maior empresa lucrativa deste País e a maior empresa de energia elétrica da América Latina -, quem vai pagar a conta é o contribuinte.

A razão é bem clara. Por que a urgência? A urgência é porque o Lula vem aí. E querem logo fazer a privatização, querem entregar tudo - Correios, PETROBRAS, ELETROBRAS -, com medo do Presidente Lula.

Mas nós vamos voltar, o Presidente Lula vai ser eleito e, com certeza, muitos dos que votaram nesta madrugada para entregar a ELETROBRAS...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, como eu já venho orientando nos outros momentos, esse Fundo de Desenvolvimento Regional eu diria que foi um fundo de concentração de riquezas. Nos anos que passaram, muitos empresários... Eu vi a lista de mais de mil empresas, empresas com recursos muito grandes, com meio bilhão de reais, 30 milhões de reais. Quer dizer, não foi pouco o dinheiro que foi pego. Com o objetivo de fazer o desenvolvimento regional? Podemos até discutir isso - e é louvável -, mas não foi isso o que aconteceu. Essas empresas, se estão de pé, têm condições de pagar as suas dívidas, como todas as outras empresas que há no Brasil. Todo mundo que pega dinheiro emprestado tem que fazer investimento na sua empresa, pode gerar empregos, pode gerar riqueza, pode gerar desenvolvimento. Com tudo isso nós estamos de acordo. Mas elas têm também que pagar as suas dívidas. Afinal de contas, são fundos públicos, que podem virar debêntures, que podem virar ações, que podem virar dívidas. Mesmo assim, o que compõe esse fundo é dinheiro público. Com 99% de inadimplência e com quase 43 bilhões de reais emprestados nos últimos anos, vemos que a política não funcionou.

Nós, diferentemente da Esquerda, entendemos que esses fundos têm que ser eliminados, e uma reforma tributária tem que ser feita, para eliminar essas distorções. Hoje, de fato, o sistema tributário brasileiro concentra onde se produz, e não onde se consome. O Nordeste é um grande consumidor de automóveis, de bens. Há uma população muito grande lá. Mas ela acaba migrando para o Sul e o Sudeste, porque é lá que se acaba gerando emprego e que se produz. Se o imposto ficasse no destino, muito provavelmente as indústrias iriam para lá por conta própria, não precisariam desses fundos.

Anistiar esses caloteiros é dar mau exemplo para qualquer tipo de política de desenvolvimento regional. As pessoas têm que responder pelos seus atos, responder pelos seus empréstimos, senão nós criamos também uma insegurança jurídica. Eu fico imaginando aqueles que fizeram grandes empréstimos, que estão com as suas empresas funcionando hoje e estão prestes a receber um prêmio - é uma festa o

que vai acontecer -, porque não vão precisar mais pagar, ou vão pagar 20%, ou vão pagar em 2023, e não precisam apresentar novas garantias.

Isso vai ser uma farra!

A minha opinião - e a opinião do Partido Novo - é de que esses fundos têm que ser extintos, porque não cumpriram com as suas funções e criaram grandes dívidas, que vão simplesmente ser pagas por toda a população brasileira. Portanto, orientamos novamente que esta matéria seja votada na sua essência, que é o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e foi alterado no Senado, ou simplesmente não seja votada, de modo que ela caduque e que essa anistia não seja feita para caloteiros.

A recuperação dos recursos não vai ajudar os novos empresários a pegarem novos empréstimos. Nós temos que acabar com essa farra!

Documento 14/20

54.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021-
CD 18:16
Publ.: DCD - 21/05/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Equívoco da aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, sobre a privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o FINOR e o FINAM não só têm recursos públicos, como também são instrumento de política pública para o desenvolvimento. Hora nenhuma aqui opinamos que eles não demandam concertação.

Eu concordo com o Parlamentar que me antecedeu, que precisamos de uma reforma tributária. Para nós do PT, dos partidos de oposição... Saúdo o Líder Molon, o Líder Freixo e, na sua pessoa, todos os partidos de oposição e a Líder Jandira, com quem, em 2019, protocolamos a Emenda Substitutiva Global nº 178, apresentada à

PEC 45, porque ali está a reforma tributária justa, solidária e sustentável, que tributa os ricos para reduzir a tributação sobre assalariadas e assalariados da classe média, sobre a pequena e microempresa. Saúdo o Relator Aguinaldo Ribeiro. Entretanto, o texto dele é somente uma simplificação tributária, é regressivo, não consta ali o Fundo de Desenvolvimento Regional para as regiões economicamente deprimidas do País, não consta também um fundo para compensação de perdas tributárias. Portanto, extinguir o fundo agora é um equívoco, extinguir o FINOR é um equívoco, extinguir o FINAM é um equívoco. Equívoco maior ainda é patrocinar uma farra com dinheiro público! Se empresários precisam de apoio... O próprio Governo mandou uma medida provisória com um desconto, com um rebate razoável.

É muito temerário que, sem estudos e com argumentos que não sustentam a tese, este Plenário venha a aprovar o texto do Senado. Nós não podemos cometer o erro que foi cometido com a possibilidade ilegal aprovada no PL 1.031, de privatização do sistema ELETROBRAS, de privatização da CHESF, empresa que presta bons serviços, que gera energia barata e dá lucro.

Agora nós vamos novamente atacar o Nordeste?

Parlamentares do Nordeste e do Norte, não votem com o texto do Senado!

Obrigado, Presidente.

Documento 15/20

54.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021-
CD 19:04
Publ.: DCD - 21/05/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCIPLINAR

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados. Imediata realização da reforma tributária.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Presidente, pela isonomia, o Partido Novo vai votar "não", uma vez que todos os outros empresários do Brasil tiveram que pagar suas dívidas quando fizeram seus empréstimos.

Aproveito o momento para dizer que nós temos que aprovar urgentemente, e de forma serena, a reforma tributária. Se ela tivesse sido implantada há 30 anos, não teríamos problemas que temos hoje. Não estaríamos todos cheios de dívidas, com essas dificuldades para as empresas. A reforma tributária oferece um novo ambiente, muito importante, ao Brasil. Há belíssimo relatório, de autoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro, resultante da Comissão Mista da Reforma Tributária. Agora nós temos que nos debruçar sobre esse relatório, para podermos entregar ao Brasil um dos melhores sistemas tributários do mundo, ter um ambiente muito melhor, ser mais competitivos com as nossas empresas, gerando assim muito mais empregos.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 16/20

54.2021 Sessão Deliberativa 20/05/2021-19:08
Extraordinária - CD
Publ.: DCD AFONSO FLORENCE-PT -BA
21/05/2021 -
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA ENCAMINHAMENTO DE
DEPUTADOS VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda do Senado Federal nº 3, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2021, da Medida Provisória nº 1.017, de 2020, sobre a definição das diretrizes de quitação e renegociação de dívidas referentes às debêntures, emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais, e de desinvestimento, liquidação e extinção dos fundos mencionados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero aqui, de público, pedir desculpas a V.Exa. Eu me enganei em relação ao Regimento. O Deputado Danilo Forte estava falando pelo PSDB. Se eu fui indelicado, peço desculpas a V.Exa. publicamente.

Em relação ao art. 12, inciso V, que acaba de ser aprovado, foi dito pelo Relator que não autoriza a recompra de cotas. Está expresso na emenda o seguinte: *"Estabelecer os procedimentos para a recompra*

de cotas, com vista à liquidação dos fundos de que trata o art. 1º, bem como para a destinação do saldo resultante, que deverá ser doado, de forma gratuita e desimpedida, ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR". Então, o debate é feito de maneira falaciosa. Infelizmente, isso faz parte do jogo.

O Destaque nº 3 diz respeito, no caso do art. 14, à atribuição ao Ministério do Desenvolvimento Regional de autorização para a extinção do fundo.

Nós vamos orientar "não", porque também somos defensores da reforma tributária, e defendemos uma tributação progressiva da renda e do patrimônio, havendo inclusive constitucionalização.

Nós fomos contra a aprovação, por este Plenário, da MP 1.031, que trata da privatização do Sistema ELETROBRAS. O Brasil gera energia barata, com eficiência. Já houve amortização do patrimônio. Somos contra a privatização da CHESF. E somos contra a extinção de um fundo que pode ser consertado. Mesmo a reforma tributária que só faz uma simplificação precisa estabelecer um fundo de equalização de perda tributária, precisa estabelecer fundos de desenvolvimento regional. Mas vamos atribuir ao Ministério do Desenvolvimento Regional a possibilidade de extinção de um fundo que, segundo se diz - aqui temos visto a defesa do oposto ao óbvio - , já foi extinto. Então, não é necessária a autorização legal para extinção.

Por isso, nós votamos "não" a esta emenda.

Faço um apelo aos Parlamentares do Nordeste e do Norte que votem "não" a esta emenda, tão deletéria ao desenvolvimento regional e a uma alavancagem após a saída da recessão decorrente da pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 17/20

54.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021-
CD 20:28

Publ.: DCD - 21/05/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

Sumário

Taxação de movimentações financeiras e imediata distribuição de recursos aos Estados e Municípios, pela Emenda Substitutiva nº 20, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema

Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nestes 2 minutos, usando o tempo do Governo ou da Maioria, queria só chamar a atenção, na proposta da reforma tributária, à Emenda Substitutiva nº 20, na parte que taxa a movimentação financeira e distribui imediatamente para Estados e Municípios.

Eu queria só salientar que, nesse tipo de reforma em que o único imposto é sobre a movimentação financeira, acaba-se com a nota fiscal, com uma série desses atributos de dívidas e tudo mais, que não ocorrerão mais. Não haverá necessidade de REFIS para dívida tributária, e, sim, claro, nos financiamentos.

Obrigado, Presidente.

Documento 18/20

54.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021-
CD 20:52
Publ.: DCD - 21/05/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal nº 8, com parecer favorável, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2021, da Medida Provisória nº 1.016, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 7.827, de 1989, com vista à renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO; do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, ressalvados os destaques. Importância da criação de novo imposto sobre movimentação financeira.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL, o bloco, a base, a Maioria e o Governo, nessas emendas com parecer pela rejeição, orienta "não".

Aproveito a oportunidade para falar de novo do imposto sobre a movimentação financeira. Vamos poder verificar se determinado CNPJ movimentou, recebeu dinheiro, produziu e não pagou empréstimo, da mesma forma como, na movimentação financeira, vai ser possível não cobrar do CPF do pessoal do Bolsa Família.

Obrigado, Presidente.

Documento 19/20

38.2021.B Sessão Outro Evento 25/05/2021-16:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP
CÂMARA DOS BREVES BREVES
DEPUTADOS COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reforma tributária, da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, acerca da criação do Imposto Único Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos no momento falando sobre a reforma tributária, fazendo a reforma tributária. E eu gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, para a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45/19. Eu entendo que a reforma tributária e o pacto federativo devem ocorrer simultaneamente, ou seja, na mesma hora em que ocorre o recolhimento do tributo, esse tributo deve ser distribuído.

Ao se fazer uma análise da situação, nós observamos que o grande problema brasileiro está exatamente na sonegação, em todos os níveis. Então, não adianta uma nova reforma tributária que dependa de nota fiscal, que dependa do computador ou da nota fiscal eletrônica. Qual é a proposta? A proposta, já apresentada há muito tempo pelo Deputado Marcos Cintra, é a cobrança de 2,5% na transação financeira. Qualquer empresário vai pagar 2,5% de tudo o que ele comprar e 2,5% de tudo o que ele vender, e não tem que recolher mais nada para órgão nenhum. Essa é a simplificação.

Quando esse dinheiro é recolhido, na mesma hora ele é distribuído, de acordo com um pacto federativo: 30% para a União, 30% para os Estados, 30% para os Municípios e 10% para as políticas regionais brasileiras. O recurso oriundo dos 10% vai para a SUDAM, para a SUDENE e para a Zona Franca de Manaus. Agregam-se a esses dois princípios mais duas ideias: uma, da União Europeia, de que toda transação acima de mil reais só ocorra eletronicamente; e a segunda, de acabar com as notas grandes, de tal forma que se combata a corrupção que poderia existir, dando transparência às atividades de todos.

Com uma reforma desse tipo, ninguém mais vai dever para o Fisco, não haverá REFIS, os dividendos serão tributados. A pessoa de baixa

renda, por meio do CPF do Bolsa Família, não será tributada pela rede bancária. Dessa forma, não se cobra dos pobres e se cobra dos ricos. Tem-se assim total segurança jurídica, que é o que todos nós queremos no processo tributário brasileiro.

Solicito que conste do programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 20/20

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 26/05/2021-
	CD	21:36
Publ.: DCD - 27/05/2021 - TÚLIO GADÊLHA-PDT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do 41º aniversário de fundação do PDT. Defesa da aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico e do auxiliar de enfermagem e da parteira. Importância da progressividade do Imposto de Renda; da criação do Imposto sobre Grandes Fortunas; bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e da Contribuição Social sobre Altas Rendas. Defesa de alteração da alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, e de cobrança de IPVA sobre aeronaves e embarcações. Necessidade de realização de ampla reforma tributária.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, meu correligionário Deputado Pompeo, eu não poderia subir a esta tribuna e não parabenizar o PDT pelos seus 41 anos de trajetória e de luta na defesa dos mais pobres, dos oprimidos e dos marginalizados. Com isso, quero também parabenizar todos aqueles que constroem o partido de baixo para cima. Estou falando dos movimentos do partido: da Juventude Socialista, coordenada pelo companheiro William Rodrigues; da Ação da Mulher Trabalhista, coordenada pela companheira Miguelina Vecchio; da própria Fundação Alberto Pasqualini, presidida pelo companheiro Manoel Dias; e dos demais movimentos, como o Movimento Negro e o PDT Diversidade, coordenados, respectivamente, pelos companheiros Ivaldo Paixão e Amanda Anderson.

Eu quero parabenizar o PDT pelos seus 41 anos de trajetória, relembrando que o PDT sempre foi um partido de esquerda, um partido que sempre teve um olhar para as questões sociais. Essa sempre foi a



prioridade desse partido, onde tive minha militância política nos últimos 13 anos. Sou filiado ao PDT desde 2007, ou seja, são 13 anos de militância junto aos movimentos de formação política. Isso me formou o ser político que sou hoje. Por isso, parabenizo o PDT e todos aqueles que constroem o partido de baixo para cima.

Eu uso hoje, Presidente Eduardo Bismarck, este tempo da Minoría, na verdade, para defender uma maioria. Digo isso porque precisamos aqui, colegas, aprovar o PL 2.564 - primeiro, precisamos pressionar o Senado para que coloque em pauta o PL 2.564, o que é um apelo de toda a classe de trabalhadores da saúde. E eu falo em maioria porque a enfermagem é hoje, entre técnicos e auxiliares, 65% da força de trabalho da saúde no Brasil. Nós estamos falando aqui de mais de 2,3 milhões de trabalhadores que lutam por dignidade.

E aproveito que estamos aqui discutindo um salário mínimo digno para dizer que também precisamos discutir a dignidade para os trabalhadores da saúde. Por isso é muito importante que esta Casa e seus Parlamentares ajudem a pressionar o Senado, o Presidente Rodrigo Pacheco, pedindo a compreensão dele para que tenhamos o PL 2.564 votado no Senado. Esse é um PL que vem se tornando necessário, principalmente nestes dias em que estamos vivendo uma pandemia no Brasil.

Sr. Presidente, colegas, colega Deputado Pompeo, eu quero dizer que o autor do PL 2.564, o Senador Contarato, e a Relatora nos trouxeram um projeto cujo texto contempla os dois pilares essenciais da enfermagem: o piso salarial e a carga horária dos profissionais da enfermagem.

O piso salarial foi estudado com profundidade pelo Senador Contarato, que nos apresentou uma proposta que é o sétuplo do salário mínimo atual. Nós estamos falando de 7.315 reais. E os demais profissionais receberiam um percentual, ou seja, os técnicos receberiam 70% desse valor, o que corresponde hoje a 5.100 reais, aproximadamente. Já os auxiliares e parteiras receberiam 50% desse valor, o que corresponde a cerca de 3.600 reais.

Nós trazemos essa pauta, Sr. Presidente, colegas Deputados, porque é de suma importância para a enfermagem e superimportante para a saúde pública no Brasil. Estabelecer uma carga horária de 30 horas é compreender a complexidade do trabalho desses profissionais e também compreender a necessidade de lhes dar qualidade de vida.

Hoje temos profissionais que trabalham 40 horas, em média, e muitos deles precisam ter dois expedientes, chegando a trabalhar até 16 horas por dia, com dois ou três empregos.



Conversamos com diversos enfermeiros, profissionais técnicos e auxiliares nos últimos dias. Trazemos essa pauta porque é importante que esse projeto seja válido não só para a União, para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, mas também para as instituições privadas de saúde.

Dito isso, Presidente, queria reforçar que, com esse projeto, nós estaríamos fazendo cumprir o art. 7º da Constituição, que diz que todo trabalhador tem direito a um piso salarial proporcional à complexidade e à extensão do seu trabalho. Tendo isso como base, nós precisamos entender que esse é um trabalho de profunda complexidade não só pelos seus aspectos técnicos, mas também pela natureza de difícil compreensão psicológica dos profissionais que estão enfrentando a pandemia. Isso afeta diretamente a saúde mental desses profissionais. Portanto, precisamos unir os Parlamentares desta Casa em torno dessa causa.

É importante registrar que hoje, em média, no Brasil, enfermeiros recebem salário de aproximadamente 3.500 reais; técnicos, remuneração de 1.600 reais; e auxiliares e parteiras, remuneração de 1.300 reais. Essa é uma média, mas a realidade é que, em muitos dos Estados, os valores recebidos não chegam sequer a esses valores que são a média hoje no nosso País.

Por isso, eu trago esta pauta aqui, Presidente Eduardo Bismarck, dizendo que é um absurdo, diante da sobrecarga que nós temos hoje no setor da saúde, não nos pronunciarmos diante do momento que vivemos hoje no Brasil. Eu não venho apenas pedir que pressionemos o Senado para que esse projeto seja colocado em pauta, para que pressionemos o Presidente Rodrigo Pacheco - e já recebeu 76 assinaturas o pedido de urgência, dos 81 Senadores -, eu venho também apresentar as soluções. Ontem, o próprio Presidente Rodrigo Pacheco teve reunião com Prefeitos e com empresários da rede hospitalar, que tentaram negociar o valor desse piso, porque alegam que é muito pesado para Municípios, Estados e para a própria Federação arcar com esses custos.

A solução vem justamente em uma reforma tributária profunda que precisamos fazer no País. Como sugestão, cito o aumento das alíquotas cobradas pela parcela mais rica da população. Estou falando de 0,3% da população brasileira.

Com sete pontos, sete rápidos pontos que trazemos, nós conseguimos fazer esse cálculo e tornar essa uma realidade possível.

O primeiro ponto é que é possível dar um tratamento isonômico na tributação das rendas, ou seja, com a maior progressividade do Imposto de Renda, conseguiríamos, nos cálculos que fizemos com o

Senado, acumular 158 bilhões de reais.

O segundo ponto seria o Imposto sobre Grandes Fortunas, que já é previsto na nossa Constituição, o que nos daria mais 40 bilhões de reais anuais acumulados, para podermos fazer valer um projeto como este.

O terceiro ponto seria a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de setores econômicos, ou seja, pago por empresas, o que totalizaria em torno de 40,5 bilhões de reais.

O quarto ponto é que poderíamos fazer a contribuição social sobre altas rendas, ou seja, sobre pessoas que tenham rendimento acima de 720 mil reais por ano; com isso, conseguiríamos acumular 35 bilhões.

O quinto ponto seria a mudança das regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, em que a alíquota que se paga pelo patrimônio pode ser um percentual de 30%, e teríamos mais 14 bilhões de reais.

Os juros sobre a distribuição de dividendos entre sócios acumulariam mais 5 bilhões de reais. Podem fazer a conta, somar.

Por último, há mais impostos que poderíamos ter, como o próprio IPVA sobre aeronaves e embarcações, que gerariam acúmulo de mais 1,6 bilhão de reais.

Deputado Pompeo, a soma desses valores...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) - Muito obrigado. Vou concluir.

A soma desses valores, em uma reforma tributária profunda no Brasil, totalizaria 294 bilhões e 100 milhões de reais. O custo para colocarmos esse projeto em pauta seria para o Brasil um valor estimado de 18 bilhões de reais.

Temos condições, com uma reforma tributária profunda, de fazer valer de fato um projeto que é muito importante para a enfermagem no Brasil, muito importante para a saúde pública brasileira e muito importante para o povo brasileiro.



Viva a enfermagem!

Aprovem o PL 2.564!

Obrigado, Presidente.
